

SOB O MANTO DO CAPITALISMO BUCANEIRO:
RAÍZES E FACETAS DA EXPERIÊNCIA MODERNA
NO BRASIL

*José Evaldo de Mello Doin**
jedoin@netsite.com.br
*Rodrigo Ribeiro Paziani***
rpaziani@yahoo.com.br

RESUMO: Neste artigo, pretendemos demonstrar, numa articulação entre economia, cultura, cotidiano e sociabilidade, que a trajetória de formação do capitalismo no Brasil foi marcada pelos fortes traços de aventura, de improviso e do gosto pelo imediato de nossas elites desde os tempos coloniais. Isto nos condenou a viver uma experiência ambígua, na qual os alicerces do Estado e do mercado capitalista, erigidos de forma inacabada e mal articulada, foram construídos no limite tênue da civilização/barbárie, do público/privado, cujas peculiaridades e especificidades marcam a constituição do denominado “capitalismo bucaneiro”.

PALAVRAS-CHAVE: capitalismo bucaneiro, aventura, público/privado, economia, cultura brasileira.

AS RAÍZES DO BRASIL BUCANEIRO

Nossa experiência histórica sempre provou o sabor da aventura, do inusitado, do esdrúxulo. A falta de escrúpulos seja por qual código for, seja cristão ou pagão, ferreteia em brasa nosso destino. Essa subversão das medidas e dos valores perpassa todo o corpo social e açambarca até mesmo o discurso dos documentos oficiais, virando do avesso as concepções, a cada passo enfrentando a encruzilhada da civilização e da barbárie, e, na dúvida, optando por ambas (ELIAS, 1996, p. 27-29 e 65-82).¹

Faltava-nos o “fardo moral de povo eleito de Deus” que pesava sobre a jovem democracia americana e que se expressou, por exemplo, na ação do Partido Republicano na luta contra a escravidão, durante o governo de

* Livre-Docente em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Franca; professor de História Contemporânea do Departamento de História e de História Moderna e Contemporânea do Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Internacionais da Unesp-Franca.

** Professor do curso de pós-graduação em História na Faculdade de Educação, Ciências e Artes Dom Bosco de Monte Aprazível (SP).

Recebido em 10 de outubro de 2006
Aprovado em 22 de abril de 2007

Lincoln, e a incômoda existência de uma certa má consciência, surgida com o desenvolvimento de seu progresso material (HERMAN, 1999, p. 164).

Tendo como herança, maldita herança, a nossa inserção no movimento do capitalismo mercantil a partir da passagem da “mera captura eventual de indígenas ou negros para um sistema produtivo colonial que se funda na escravidão e se integra à economia-mundo” (PERES, 2000, p. 5),² é nesse cadinho de múltiplas poções mal misturadas de símbolos e fantasmagorias que se forja e se afirma uma sociedade marcada indelevelmente pela ambivalência (BALANDIER, 1997, p. 97).

Domínio e reserva de caça dessa ambigüidade – o espírito de pilhagem, a rudeza de relações sociais de espoliação e usurpação –, a paciente e meticulosa construção de abismos humanos intransponíveis modela com um cinzel, sem fio nem ponta, um leviatã disforme e de contornos indefinidos, à imagem e semelhança da gênese e cristalização de seu povoamento, nascido sob a égide da desigualdade e da exclusão (SAMPAIO JÚNIOR, 1999, p. 416).

Por sua vez, as relações sadomasoquistas no cotidiano de senhores e escravos, frutificadas novamente nas ações políticas do velho Império e da República, nas quais o lado das sombras revela-se no autoritarismo difusamente disseminado, disfarçado de princípio de autoridade ou de defesa da ordem (FREYRE, 1952, p. 167-168), permitiu-nos a inserção específica da economia brasileira no interior do sistema mundo-capitalista (WALLERSTEIN, 1979).

Ao contrário dos postulados da teoria da dependência formulada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1981), procuramos identificar neste artigo como foi possível a uma sociedade subalterna à hierarquia da economia-mundo pretender um caminho próprio e dar uma fisionomia peculiar à economia de mercado que aqui floresce, caminhando no fio da navalha que delimita o espaço da dependência e da autonomia, sendo contemporânea dos ciclos sistêmicos de acumulação holandês, britânico e norte-americano (ARRIGHI, 1996).

No início da década de 1990, Paulo Eduardo Arantes (1992), secundado por Antonio Candido e Roberto Schwarcz, propôs o retorno do conceito de dualidade, banido por toda uma geração de intelectuais. Nele, a percepção da junção do arcaico e do moderno desata alguns nós cegos que embaralham a compreensão do processo de formação do capitalismo e da experiência moderna no Brasil. Essa simbiose do arcaico e do moderno forma o leito onde se erigem, de forma inacabada e mal articulada, os alicerces do Estado e do mercado capitalista, construídos no fio estreito da faca amolada da civilização/barbárie, nesses pagos de Pindorama.

Dono de peculiaridades e de especificidades históricas, o retrospecto da constituição do aparato que configura as esferas do poder e do dinheiro percorre caminhos pouco ortodoxos que possibilitam delimitar os contornos da experiência capitalista brasileira, denominada “capitalismo bucaneiro”. Mas, por que bucaneiro?

A expressão bucaneiro atende à necessidade da utilização de um vocábulo que sintetize a vacuidade de comportamento ético e racional no processo de acumulação capitalista [...] Nesse sentido, não nos interessa, assim como para os filólogos, as nuances que diferenciam bucaneiros de corsários, de piratas ou de flibusteiros, todos com o mesmo sentido semântico [...] O que aproxima a bucaneria das formas pelas quais houve a inserção e o enraizamento do capitalismo na América Lusa é a ausência completa de ética e de limites, sejam morais, sejam institucionais. O que define o capitalismo bucaneiro, e é esta a sua nova historicidade, é que ele nutre-se, em sua gênese, de uma mundanidade onde o negócio é sua norma, onde o ganho e a vantagem é o seu único limite moral. (DOIN, 2001, p. 4)

Num belo artigo, João Manuel Cardoso de Mello e Fernando Novais fazem uma síntese primorosa que ilustra e corrobora a conceituação do capitalismo bucaneiro:

A penetração dos valores capitalistas não parece, portanto, ter encontrado obstáculos difíceis de serem transpostos. O que Gilberto Freyre chamou de “privatismo patriarcalista” se prolonga no familismo moderno, igualmente privatista. A casa continua a ser o centro da existência social. Apenas a vida em família não é mais governada pelo passado, pela tradição, senão que pelo futuro, pela aspiração à ascensão individual, traduzida antes de tudo pela corrida ao consumo. O valor do ócio, que marcou tão profundamente nossa formação cultural, se transfigura na idéia tão contemporânea do trabalho como meio de obtenção do conforto material. Ao mesmo tempo, a desvalorização do trabalho, herança da escravidão, se redefine no julgamento de cada ocupação de acordo com suas características mais ou menos prazerosas, isto é, conforme a visão, também contemporânea, da hierarquia capitalista do trabalho: é mais limpa ou mais suja, mais leve ou mais pesada, mais rotineira ou mais criativa, mais subalterna ou mais de direção. O valor da hierarquia – que, entre nós, se assentou basicamente na riqueza e na renda, pois nunca tivemos uma autêntica aristocracia, e sim um senhorio que vivia da produção mercantil – reaparece no valor da concorrência, que selecionaria “superiores” e “inferiores” de acordo com seus méritos e

dons. O espírito de aventura, que parecia uma manifestação tão arcaica da cobiça, quando racionalizado, isto é, calculado, transforma-se no traço mais típico do capitalismo do século XX. A brutalidade da escravidão, que reifica o homem, estende-se naturalmente na selvageria da exploração do trabalhador, que no capitalismo definitivamente não passa de uma coisa. A concepção do Brasil como simples espaço para bons negócios, e não como nação, continuou a predominar tranqüilamente entre os ricos e os privilegiados. Quanto à educação, ela, aqui, não foi sempre encarada como um meio de ascensão social? A visão patrimonialista do Estado – que, entre nós, nunca foi penetrada pelos valores aristocráticos ou pelo da honra estamental do funcionário – se desdobra na idéia do Estado como uma realidade externa, como um instrumento de benesses, sejam elas um bom financiamento, uma tarifa proibitiva e eterna, o imposto baixo, um excelente emprego público, os direitos trabalhistas, o hospital, a rua asfaltada, a água e o esgoto, a iluminação, a dentadura ou a cadeira de rodas em troca do voto. Mas não é essa uma das causas da crise atual da democracia? (MELLO & NOVAIS, 1998, p. 605-606)

Se, como aludem os autores acima, a sociedade brasileira nasce e se alimenta do entrelaçamento dos patriarcalismos e privatismos com os valores capitalistas modernos – transformando assim esse cadinho do planeta em contínuo espaço “para bons negócios” –, a gestação do aparato estatal, em nossa fase de independência, apenas poderia se concretizar sob o império da negociação e de suas derivações que sempre precederam à plenificação da nação.

Diríamos que o Estado foi “inventado” para dar eficácia a um aparato burocrático destinado a não ser o comitê da classe dominante, nem a administrar os conflitos de interesses no interior das frações dominantes desta classe, mas a suportar um condomínio³ de interesses públicos e privados, nacionais e internacionais, que alimentavam um circuito vicioso de negociatas, falcaturas e pilhagens com a “coisa pública” (MELLO & NOVAIS, 1998, p. 606).

Ele abarcava toda uma complexidade institucional, na medida em que, se as instituições que o constituíam e o conformavam eram públicas, elas não formavam todo o entorno da esfera pública, assim como a esfera privada não se reduzia apenas à família nuclear. E, para tornar ainda mais perturbadora essa complexidade, ambos os processos eram historicamente elaborados (ARENDETT, 1991, p. 78-82; HABERMAS, 1984, p. 20-30; SENNETT, 1995, p. 117-38 e 166-271).

Tendo como ponto referencial as práticas de sua matriz portuguesa, nesse aprendizado incorpora as práticas correntes nas terras ibéricas, sempre

marcadas pela ambivalência e pela apropriação privada dos bens e serviços públicos. José Tengarrinha (2000, p. 208-209), ao perquirir as razões que desembocaram na Revolução Liberal de 1820, sintetiza e recorta magistralmente essas características:

É certo que nos anos imediatamente anteriores à Revolução e em zonas de mais pesada opressão senhorial, como referimos, se assiste à acutilância política de algumas câmaras, em ações anti-senhoriais instigadas ou até lideradas por “notáveis locais” (nobreza rasa, lavradores abastados, em geral enfiteutas, em parte identificados com o que se poderia designar de “burguesia rural”).

A verdade, porém, é que tanto na gestão das terras concelhias como em vários outros aspectos, em boa parte do Reino, *se vê a organização municipal não defender o interesse geral, mas cometer abusos a favor dos próprios vereadores e ricos proprietários e criadores – a exemplo do que acontecia em Espanha, como Joaquim Costa denunciou, designando-os como uma “uma plutocracia provincial”. Por isso, foram os juizes de fora (que presidiam as câmaras) os alvos privilegiados da ira popular em momentos de maior convulsão política (1808-1810 e 1820-1823). Desta maneira, não tinham as câmaras condições para ser um instrumento político representativo da generalidade das aspirações anti-senhoriais.* (Grifos nossos)

E, numa publicação coletiva, João Manuel Cardoso de Mello nos brinda com um prólogo em homenagem a Celso Furtado em que trata, com o vigor, a clareza e a lucidez de sempre, do atual (?) processo de globalização, da reconstituição das bases da hegemonia norte-americana e da conseqüente reacomodação das relações centro-periferia sob o guante da financeirização do sistema capitalista, do aprofundamento da assimetria, do crescimento desigual e do alargamento abissal das desigualdades de oportunidades e de riqueza, com o óbvio mecanismo de exclusão social funcionando em potência máxima, a que ele denominou “a contra-revolução liberal conservadora” (MELLO, 1998, p. 15-24).

Os autores que se dedicaram a perquirir as razões e as linhagens da formação do Estado Nacional e da gênese da nossa civilização material, economia e capitalismo não perceberam, ou não explicitaram com clareza, as dicotomias e aproximações entre as razões de Estado e a economia-mundo capitalista (WALLERSTEIN, 1979, p. 93-94). Navegando nesse processo de afirmação institucional, secundado sempre por uma inserção nos mercados mundiais com seu produto-mundo (cana-de-açúcar, ouro, diamantes,

café etc.), o Brasil abre a marretadas as portas do mundo moderno e da modernização no século XIX.

Enfim, a singularidade da formação do Estado brasileiro, sua inserção na economia-mundo capitalista e sua esdrúxula relação com as finanças e a moeda somente podem ser compreendidas a partir da análise das experiências tupiniquins, mergulhadas na longa duração de sua constituição histórica, da qual emergem suas instituições, seu universo cultural e sua fisionomia social (VIANNA, 1974, p. 130-172) que reafirmam as ambivalências e as nebulosidades das configurações antípodas da modernidade brasileira sob o manto do capitalismo bucaneiro.

RAZÕES E ÉTICA DO CAPITALISMO BUCANEIRO

Tomado de assalto tanto por sua burocracia de mandarins como pelos interesses particulares, o aparato estatal brasileiro, desde os seus primórdios, torna-se peça-chave do aprofundamento heterodoxo das experiências capitalistas de acumulação que teimam em distanciar-se das regras de racionalização tão caras ao mundo setentrional, passando, precocemente, em decorrência desse viés, por experiências que só muito recentemente foram vivenciadas por este. Sob essas circunstâncias, a sociedade desses páramos passou ao largo das vivências européias dentro do modelo social-democrata, não tendo por que lamentar o esgarçamento do pleno emprego e de uma seguridade que nunca vivenciou (OFFE, 1984, p. 17).

Ora, é nesse ambiente institucional que se constituiu a rica e ambivalente experiência social brasileira, numa multiplicidade de alianças proxêmicas (MAFFESOLI, 2000, p. 193-203; LEAL, 1975, p. 42-44)⁴ que sempre foram impeditivas para o amadurecimento de uma sociedade de classes plenamente estabelecidas, além de sempre terem reforçado os laços de afetividade e de acumplicimento – um verdadeiro mercado do apadrinhamento – que se estabeleceram entre os indivíduos e constituíram um forte amálgama em torno da organização dos poderes e da riqueza.

Na irônica, mordaz e até surpreendente obra *A carteira de meu tio*, publicada em 1852, Joaquim Manuel de Macedo introduz-nos no mundo do Segundo Reinado, não no dos salões e saraus da Corte, mas no das distantes províncias do interior. Nelas, talvez mais do que no Rio cortesão, o afã incontrolável por dinheiro e cargos públicos, assim como a inexistência de quaisquer laços de solidariedade e unidade, delineava os contornos perversos da sociedade brasileira. Num diálogo em nada discreto entre as personagens sobrinho de meu tio e Compadre Paciência, o primeiro nos esclarece sem rodeios o tal mercado do apadrinhamento:

[...] meu tio e eu somos solidários; bem entendido, eu não tenho remédio senão sê-lo, porque do contrário exponho-me a que ele me ponha pela porta fora; há solidariedades como a minha, creia no que lhe digo: meu tio e eu somos pois solidários; o senhor é compadre de meu tio, logo, é meu compadre também. – Vá feito. – A única coisa que nos falta é o afilhado. – Isso acha-se depressa: estamos na terra dos compadrescos e dos afilhados; a moda está mesmo tão introduzida que já não se faz nada, nem coisa alguma se consegue sem padrinho; e padrinho hoje em dia é sinônimo de inocência para o grande criminoso, de sabedoria para o analfabeto, de merecimento para o indigno. (MACEDO, 2001, p. 56-57)

Desse modo, o Estado brasileiro nunca atuaria como amortecedor das reivindicações das camadas sociais subalternas, pois a política do *welfare state* jamais se estabeleceria nessas bandas em nenhuma de suas dimensões, antecipando de muito antes a falência dessas políticas compensatórias no seu berço europeu (MILLIBAND, 1972).

Sua face mais evidente, embora tenha sido sempre um aparato repressivo, forte e cruento, é a negação do monopólio da legitimação da violência no processo de concorrência com outros atores: antes, pelo contrário, convive com manifestações perenes de controle e manipulação da violência por parte de grupamentos privados (capitães-do-mato, bugreiros, matadores, entradeiros, bandeirantes, sertanistas, feitores, capatazes, jagunços, cangaiceiros, beatos, chefes de bandos, provisórios, coronéis da Guarda Nacional, justiceiros, capangas etc.).

Com eles, o Estado se articula de forma suficientemente consistente, constituindo uma espécie de condomínio da violência (DOIN, 2001, p. 40) a ponto de se imporem de forma decisiva na arena do poder, o que desmente a apropriação dos conceitos weberianos de Estado burocrático-estamental e patrimonialista (WEBER, 1972, p. 56) – já criticados por Norberto Bobbio (1992) –, para explicar a construção das bases institucionais do Estado nacional brasileiro (FAORO, 1975; URICOECHEA, 1978; CARVALHO, 1996).

Hannah Arendt já afirmara que a distinção entre as esferas pública e privada ocorria em função da oposição entre o *animal laborens* e o *homo faber*, ou seja, das oposições entre a necessidade e a liberdade, entre a futildade e a realização, entre a vergonha e a honra:

A distinção entre as esferas pública e privada, encarada do ponto de vista da privatividade e não do corpo político, equivale à diferença entre o que deve ser exibido e o que deve ser ocultado. Somente a era moderna, em sua rebelião contra a sociedade, descobriu quão rica e variegada pode

ser a esfera do oculto nas condições da intimidade [...] o que precisou ser escondido na privacidade tenha sido sempre a parte corporal da existência humana [...] O fato de que a era moderna emancipou as classes operárias e as mulheres quase no mesmo momento histórico deve, certamente, ser incluído entre as características de uma era que já não acreditava que as funções corporais e os interesses materiais deviam ser escondidos. E é mais sintomático ainda da natureza destes fenômenos que os poucos vestígios remanescentes da estrita privacidade, mesmo em nossa própria civilização, tenham a ver com “necessidades” no sentido geral de sermos carentes pelo fato de termos um corpo. (ARENDE, 1991, p. 82-83)

No caso da história brasileira, os sinais do que se mostra e se vê, ou do que se esconde ou camufla, são dramaticamente refeitos. Não que as funções do corpo sejam expostas feericamente. A mulher é confinada à reprodução no ambiente doméstico, e mais de três séculos de cultura escravista desclassificaram a ética do trabalho e, até na linguagem, a infeliz instituição era escamoteada. Era referida na literatura, nos jornais, nas delegacias, no judiciário e nas falas dos políticos como o elemento servil, ou o cativo.

Entretanto, as práticas de ocultamento, das manobras de despistamento, do faz-de-conta, do fugidío e do nebuloso ocorrem no âmbito do público, pois são absolutamente necessárias, na medida em que é nessa fronteira que se processam a apropriação, as operações escusas, o surrupiamento dos despojos. Daí a degradação da cidadania e a ausência de possibilidades do pleno exercício democrático, tanto no Império como na República. Daí a atomização da vida partidária, as atas falsas, o “bico de pena, o cabresto, os currais” (LEAL, 1975, p. 23-25 e 38-39).

A formação dessas incipientes formas institucionais, cujos contornos sempre foram esfumados, se aninha numa sociedade de adventícios, ela mesma brumosa e quase inclassificável, se bem que cruelmente injusta, espoliativa e marginalizadora. Nessa esdrúxula composição social, os estratos dominantes não completam eficazmente o que poderia ser reconhecido como uma verdadeira revolução burguesa, no sentido clássico do termo (FERNANDES, 1981a).

Era comum, na primeira infância do país, lugar primeiro no destino dos indesejados de toda espécie do reino – de criminosos confessos, vadios, heréticos, magos e bruxas, a simples desafetos dos poderosos, estorvos em manobras políticas ou meros jogadores de cartas –, inverter-se a roda da fortuna. Com isso, muitos se transformaram em pessoas de grandes

cabedais, bafejados pelo turbilhão social que não cessava de mover-se, esporeado que era pelas ambições e oportunidades dadas pela terra (PIERONI, 2000, p. 69-71).

Com efeito, seria assumir um discurso discriminatório, juntar toda vítima de degredo no mesmo saco da criminalidade, mesmo porque essa sanha de aproveitar-se das benesses da terra era desiderato de quase todos, degredados ou não:

Adúlteros, bígamos, “invertidos” de ambos os sexos, incestuosos, esturpadores, feiticeiros e feiticeiras das três raças que conviviam na Colônia, toda essa gente constituía verdadeira multidão desviante que durante três séculos desafiou o Estado e a Igreja, não necessariamente pela revolta política, mas pela transgressão das normas de conduta oficialmente instituídas. No entanto, excluindo-se os mendigos, assaltantes, prostitutas e escravos, os que pagavam impostos tinham recursos financeiros ou prestígio social suficientes para cometer quaisquer daqueles desvios e subtrair-se à Justiça, sempre venal ou branda segundo as conveniências. E aqui entramos em outra inesgotável seara de pequenos e grandes delitos. Examinemos, em primeiro lugar, a venalidade dos funcionários. Sua atitude em relação ao Brasil, já o vimos, era imediatista: removidos da Corte normalmente por causa de dificuldades financeiras, dirigiam-se à colônia americana para resolver esse problema no tempo mais exíguo possível. Acreditava-se que no ultramar se enriqueceria tão rapidamente que nem havia necessidade de levar a família: seria pouca a demora naquelas terras insalubres, incultas e povoadas de bugres antropófagos. Assim, nada os prendia à América, a não ser o fato de aí estarem para completar determinado número de anos em serviço, ao cabo dos quais retomariam a Portugal prestigiados e ricos. (ARAÚJO, 1993, p. 283)

A sociedade de classes e suas relações por contraposição – à parte, as dificuldades epistemológicas para sua plena configuração e discussão numa análise historiográfica (HOBBSBAWM, 1998, p. 98-99) nas circunstâncias já apontadas – desde muito cedo caracterizam-se, ao mesmo tempo, por um engessamento devido à terrível herança do escravismo e a uma fluidez causada pela fragmentação excessiva de seus estratos livres.

É dessa herança escravista que se nutriu a experiência *sui generis* do capitalismo bucaneiro no Brasil, com um espírito de aventura e um *ethos* de ação que nos descolavam tanto dos parâmetros ético-rationais de organização econômica das nações capitalistas européias do século XIX (WEBER, 1996, p. 6-7) quanto do domínio da impessoalidade no trato das relações sociais (PARK, 1979, p. 26-67). Nascido sob as pressões dos movi-

mentos internos abolicionistas e das pressões externas para a extirpação do comércio tumbeiro, o trabalho livre não emerge aqui das necessidades de um mercado que “divide e opõe, mas, ao mesmo tempo, valoriza e classifica” (FERNANDES, 1981a, *passim*).

Fruto muito mais de um reinventar do circuito de negócios que se remontava ao período anterior à República – num momento de aceleração de correntes imigratórias que se deslocavam massivamente rumo à América –, o vasto contingente de trabalhadores livres então emanados reeditaria as lides do tráfico negreiro sob a forma de um “trato de viventes brancos” (DOIN, 2001, p. 196), embora tenha contribuído também para o esfacelamento da antiga sociedade estamental (FERNANDES, 1981b, p. 193).

Por outro lado, tanto os grupos dominantes como os enormes contingentes de despossuídos, oprimidos pela miséria e pelo desenraizamento, formados por libertos, ex-escravos e contínuas vagas de imigrantes sem eira nem beira, aqui despejados nos portos, não tinham condições de se estruturarem como classes, constituindo redes heterogêneas com interesses fragmentados. Acentuava-se, assim, a prática corrente do “salve-se quem puder”, da cruenta batalha cotidiana pela sobrevivência, do assalto perene aos “cofres da Viúva” e de uma desenfreada competição, que se aproxima dos limites do esgarçamento da sociedade como um todo (ELIAS, 1994, v. 2, p. 147).

Todo e qualquer grupo gravitava em torno de um chefe, de um “mandão” de ocasião:

As gentes brasileiras por toda a vastidão do interior do país, e até nas próprias cidades nas camadas populares, vivem de ordinário todas em torno de um chefe, de um patrão, de um protetor, de um guia; todos têm o seu homem.

Os fazendeiros, quer nas fazendas de café, quer nas de criação de gados, os senhores de engenho, os chefes de partido, as influências locais, os negociantes abastados das vilas e cidades, em vários pontos os vigários das freguesias, os juizes de direito, os advogados de renome, os médicos espertos, todos esses e muitos mais são como chefes de grupos, de clãs, em torno dos quais vivem as populações por esse Brasil em fora.

A política nos Estados gira em torno de um chefe, um oligarca; na União em torno de um mandão geral, o guia e senhor do bloco... Neste fato se prendem muitos fenômenos sociais, como o de famílias inteiras que nos centros se bateram sempre até ao extermínio, e o aparecimento repetido de bandidos, chefes de grupos nômades, que devastam o interior do país. (ROMERO, 1979, p. 191)

Contudo, a ação desimpedida e desenvolva dessa elite em formação contava com uma longa tradição de entremear o doméstico com o oficial, os interesses particulares com os da nação, forçando um precoce declínio do homem público, impondo desde logo uma ditadura amorfa do privado (SENNETT, 1995), que, numa vertente bastante substanciosa, era formada por bacharéis de borla e çapelo, por letrados que praticavam desabusadamente a advocacia administrativa e empalmavam os principais cargos burocráticos.

Nesse processo, em que a negociação de tudo bloqueia a consolidação completa da nação, é que consolidará as peculiaridades do capitalismo bucaneiro, apoiadas na ação fazedora de irracionais aventureiros ousados que, diferentemente de outras plagas e eras, criaram cá nestes rincões uma nova forma de acumulação de valores, desconectada das etapas e elementos constitutivos de seu homônimo gerador, de sotaque europeu, centrado no cálculo e no exercício das previsões racionalistas do risco.

Dentro dessa perspectiva, o Estado garante, por ser o único com capacidade de endividar-se, com sua massa de rendas advindas de fontes tributárias ou de seu poder emissor, os mais variados negócios e empreendimentos, como o financiamento da imigração, a reforma dos portos, a modernização dos serviços públicos urbanos e os empréstimos para socorrer a lavoura.

Assim, a experiência modernizante da sociedade brasileira está indissociavelmente ligada às configurações político-institucionais do Estado tecidas no Segundo Reinado e emaranhadas na República. A bucaneria cabocla sempre procurou as sombras como forma de agir na esfera do domínio público, servindo-se do banquete de facilidades e apropriando-se dos recursos do Estado, realizando no cotidiano a construção do que Habermas (1984) chama de “espaço público privatizado”.

Daí o fato de a ação bucaneira – por exemplo, na “democracia do arrivismo” que imperou durante a Primeira República – ser considerada necessária e, até mesmo, bem-vinda, para intensificar a florada civilizadora dos cafeeiros e o afluxo das riquezas, o incremento das máquinas, das cidades, dos jardins e bulevares, dos cafés e sua esfera pública proxêmica, do *fru-fru* das sedas e do apuro afetado dos *smarts* e seu espírito francês (SEVCENKO, 1985).

Contudo, o agente dessa plutocracia do dinheiro, que ousava abrir fazendas de café, algodão e cana pelos caminhos do Oeste mítico (que englobava grande parte do Nordeste paulista e parte do sul de Minas) – se por suas práticas de “jagunçagem” (TELAROLLI, 1975), familiarizado com as

tocaias e com o “esquentamento” de documentos de propriedade –, aparentava-se, por um lado, com os mais sanguinários cangaceiros, por outro, estava longe de ser um rude.

Acostumado com as lides dos negócios do café que se realizavam todos nas cidades, o fazendeiro tinha um forte viés urbano, seu cotidiano era consumido no zafe-zafe dos bancos e das casas comissárias, nos escritórios de despacho e na alfândega, junto aos bacharéis, quando não era o próprio doutor a cuidar de seus contenciosos na política, espaço nunca desprezado para afirmar seu prestígio e suas benesses, indispensáveis para o empreendimento.

É a saga desse novo bandeirante, que irá senão desmentir, pelo menos esfumaçar e tornar relativa a convicção, que remonta aos clássicos da utopia liberal, de que o desenvolvimento e os avanços capitalistas em escala planetária promoveriam uma homogeneização da riqueza, o que permitiria uma concepção otimista e civilizatória, pedagogicamente ensinada pelas nações líderes da acumulação sobre as regiões mais atrasadas do planeta (FIORI, 1999, p. 15).

Com uma vasta experiência e um saber-fazer adquirido em alguns séculos de colonização, esses herdeiros dos senhores do açúcar moldaram-se no trato dos viventes, hábeis surrupiadores dos pesos dos pães e do melaço, magos da multiplicação dos litros de aguardente. Secundados pelos avaros e cobiçosos exploradores de diamante e dos donos de minas de ouro das Gerais, que embornavam as pedras nos próprios intestinos e o pó áureo em piedosos e miraculosos santinhos de pau oco, esses novos senhores da riqueza provinda do café mangavam dos gringos e assinavam tratados e mais tratados de comércio e navegação, ou o que quer que fosse, prontamente olvidados e transgredidos, para manter o funesto tráfico ou impor de forma monopolística o preço de sua *commodity*.

Ressalte-se que, diferentemente do ocorrido fora desse território, esse comportamento imediatista e anárquico, especulativo e impaciente, desorganizado e personalista estabelece um substrato coerente e sistêmico, marcando a ferro quente toda uma trajetória histórica da cultura, da civilização material e do capitalismo nessa América Portuguesa.

Desde cedo ilhada num arquipélago rural de posses e propriedades relativamente autônomas, nossa formação social viceja sob o império da violência e do privado, constituindo-se verdadeira *oikia* submissa a um senhorio altaneiro, sanguinário e tirânico, sustentado pela escravaria e protegido por uma bandidagem armada. Esta, afeita tanto à tocaia como aos entreveros em campo aberto, mostra-se sempre pronta a sustentar a firme

solda que garante a manutenção dessa ordem de coisas, formada pela ética do favor, pela organização clânica-parental e pelo compadrio (VIANNA, 1974).

Estamos convencidos de que as raízes mais profundas dessa trajetória mergulham no subsolo de nossa experiência colonial, na organização social do engenho, na qual o senhor da terra tinha muito mais características de aventureiro do que de empreendedor. Veja-se, por exemplo, o que o Padre Vieira afirmou em seu famoso “Sermão dos Peixes”, de 1654:

A primeira coisa que me desedifica, peixes, de vós, é que vos comeis uns aos outros. Grande escândalo é este, mas a circunstância o faz ainda maior. Não só vos comeis uns aos outros, senão que os grandes comem os pequenos. Se fora pelo contrário, era menos mal. Se os pequenos comeram os grandes, bastara um grande para muitos pequenos; mas, como os grandes comem os pequenos, não bastam cem pequenos, nem mil para um só grande [...] Os homens, com suas más e perversas cobiças, vêm a ser como os peixes, que se comem uns aos outros [...] Olhai, peixes, lá do mar para a terra. Não, não: não é isso o que vos digo. Vós virais os olhos para os matos e para o sertão? Para cá, para cá: para a cidade é que haveis de olhar. Cuidais que só os tapuias se comem uns aos outros? Muito maior açougue é o de cá, muito mais se comem os brancos. Vedes vós todo aquele bulir, vedes todo aquele andar, vedes aquele concorrer às praças e cruzar as ruas; vedes aquele subir e descer as calçadas, vedes aquele entrar e sair sem quietação, nem sossego? Pois tudo aquilo é andarem buscando os homens como hão de comer, e como se hão de comer [...] Mas, para que conheçais a que chega a vossa crueldade, considerai, peixes, que também os homens se comem vivos, assim como vós [...] Vede um homem, desses que andam perseguidos de pleitos ou acusados de crimes, e olhai quantos o estão comendo. Comeu o meirinho, comeu o carcereiro, comeu o escrivão, comeu o solicitador, comeu o advogado, comeu o inquiridor, comeu a testemunha, comeu o julgador, e ainda não está sentenciado, e já está comido [...] (VIEIRA, 2001, p. 156-157)

Ademais, a existência de mercados para produtos tropicais, a disponibilidade para financiar a produção por parte dos Países Baixos, além de vastas áreas disponíveis para o plantio, da integração de ambos os lados do Atlântico pelo intenso tráfico de escravos – que se tornara o ponto alto da concorrência colonial –, possibilitaram o rápido desenvolvimento da produção açucareira no Brasil (NOVAIS, 1981, *passim*).

Entretanto, o êxito da empresa agrícola ocorre, desde seu início, de uma forma oblíqua, indireta. Em outros termos: a especialização na pro-

dução de alguns poucos produtos exportáveis, a dominação dos mercados por outros agentes (holandeses) tornam o senhor de engenho um mero espectador do processo mercantil:

[...] todavia, graças à posição marginal que ocupava no circuito externo de mercantilização dos produtos exportados [...] as funções econômicas do senhor de engenho quase equivaliam, no âmbito do referido circuito, às dos administradores e beneficiários das feitorias [...]. (FERNANDES, 1981, p. 22-23)

Nessa etapa de considerações cabe uma questão impertinente: por que, tanto em nível material como psicossocial, o processo de integração da estrutura produtiva com o circuito externo de mercantilização se faz de forma travada? Fernandes (1981, p. 22-23) apresenta uma lúcida explicação:

O típico senhor de engenho da era pioneira era, de um lado, agente humano da conquista (daí precisar ser “nobre” e “militar”) e, doutro lado, agente potencialmente econômico (servindo, nessa qualidade, à Coroa, às companhias comerciais e a si próprio). A respeito dele, seria difícil escolher as palavras exatas, pois arriscava, ao mesmo tempo, os cabedais, a honra e a vida. “Lucro”, “ganho”, “risco calculado”, nada disso exprime o que ele perseguia (e se sentia com o direito de perseguir), que deveria ser o equivalente econômico, pelo menos, da grandeza, da aventura e da audácia. *Nesse sentido, era um autêntico soldado da fortuna, o que levou Sombart a afirmar que “o espírito que animava o comércio e todas as empresas coloniais (excluindo o escopo eventual de fixar nas colônias núcleos europeus) era, portanto, em meu entender, o espírito dos filibusteiros”.*

Deste complexo psicossocial resultou uma tradição extra-econômica persistente, graças à qual a grande lavoura “só paga a pena quando e enquanto for uma espécie de ‘mina de ouro’” [...]. (Grifos nossos)

Dessa maneira, desde os primórdios coloniais, forja-se o espírito de *bucaneiria*, que ferreteia indelevelmente a trajetória da formação das elites e do capitalismo brasileiro e perpassa desde o bandeirantismo das “classes produtoras” aos chefes políticos dos cafundós, sejam os “doutores” de variados e finórios cabedais, ou os rústicos e diretos “coronéis” de patente comprada, ou ofertada como alcunha pelos seus clientes ou encabrestados eleitores. Essa alma filibusteira nutre-se desse espírito de aventura e se pereniza no sono da razão, produzindo monstros e adubando o império ilimitado da desrazão do qual sempre retirará energia para continuar a existir (COLI, 1996, p. 301).

Emersa de uma civilização escravista, árvore frondosa de raízes profundas e bicéfalas, nasce a brasilidade num mundo fora do Brasil, como bem intuiu a sagaz formulação de Luís Felipe de Alencastro, em que o autor apercebe-se de que, se a colonização portuguesa era fundada no escravismo, deu, por conseguinte, lugar a um espaço aterritorial, constituído por um arquipélago lusófono que abrangia os enclaves da América Portuguesa e as feitorias de Angola, estabelecendo um universo econômico e social bipolar, “englobando uma zona de produção escravista situada no litoral da América do Sul e uma zona de reprodução de escravos centrada em Angola” (ALENCASTRO, 2000, p. 9).

Herdeiros dos hábitos e costumes de cepa ibérica e xipófagos atados por dois continentes, os “brasílicos” legaram aos pósteros virtudes e defeitos dessa progênie, dentre estes últimos, o hábito, nada saxônico, do desprezo ao suor da labuta cotidiana pela sobrevivência. A desclassificação do trabalho manual ou os acomodam, quando os caprichos da fortuna lhes são favoráveis, na confortável curul de senhores de trabalhadores obrigados, ou, quando não, a mendicância ou o agregamento é preferido à odiosa condição que os assemelhariam aos cativos.

Remontando a tempos medievos, alguns costumes e usos das velhas monarquias ibéricas perpassam as gerações e se fincam sólidos no mundo americano, sobretudo de sua portuguesa banda. O individualismo auto-suficiente, a recusa a uma hierarquia rígida e racional, o desprezo pela linhagem de sangue e seu corolário de privilégios singularizam e distinguem o homem ibérico da experiência histórica dos europeus além-Pirineus. Essa conformação cultural vicejará fortemente no Éden tropical, cinzelando as faces da nova sociedade (HOLANDA, 1963, p. 4 e segs). Como bem afirma esse autor:

A falta de coesão em nossa vida social não representa, assim, um fenômeno moderno. E é por isso que erram profundamente aqueles que imaginam na volta à tradição, a certa tradição, a única defesa possível contra nossa desordem. Os mandamentos e as ordenações que elaboraram esses eruditos são, em verdade, criações engenhosas do espírito, destacadas do mundo e contrárias a ele. Nossa anarquia, nossa incapacidade de organização sólida, não representam, a seu ver, mais do que uma ausência da única ordem que lhes parece necessária, e eficaz. Se a considerarmos bem, a hierarquia que exaltam é que precisa de tal anarquia, para se justificar e ganhar prestígio [...]. (HOLANDA, 1963, p. 6)

A tendência à desordem, ao descompromisso nega – como sempre negou desde o medievo português – o estabelecimento de hierarquias, afirma a nossa ojeriza a títulos nobiliárquicos, a nossa indisciplina, a ascese caótica que nos mergulha no mundo do gentio e a fragilidade de nossos estratos sociais. Isto provoca uma intensa mobilidade e um perverso aprendizado por parte do oprimido de ontem para oprimir com mais engenho e arte, hoje (ELIAS, 1994, p. 210), num torvelinho em que só é condenável não arriscar e vencer, seja qual for o preço a ser pago, desde que confira alguma vantagem.

Essa fragmentação da rigidez hierárquica – esse desprezo ao estabelecimento de normas intransponíveis a uma linhagem de sangue indesejada (WEBER, 1968, p. 50-70) – não revela apenas os traços marcantes da herança portuguesa. Os intercâmbios culturais com negros e índios, suas artes de morar, caçar, comer, vestir e rezar, somadas aos amancebados intercursos sexuais e à ascensão de mulatos (FREYRE, 1951 e 1952), fomentaram a gestação de uma sociedade de características bastante específicas.

Ainda que não façamos vistas grossas à hecatombe étnica provocada pelos conquistadores na exploração acintosa da mão-de-obra negra e indígena, as relações de sociabilidade que por aqui vicejavam eram ambíguas, ao mesmo tempo intimistas e senhoriais, inclusivas e excludentes, mestiçadas e preconceituosas. Essas relações ganharam contornos mais sinuosos e perversos com a entrada de novos atores – como é o caso dos imigrantes europeus –, especialmente no Estado de São Paulo, entre o Segundo Reinado e a Primeira República.

Os imigrantes, em sua maioria italianos, portugueses e espanhóis, iludidos pelos efeitos propagandísticos das eldoradas terras do interior paulista, deixavam tudo para trás, sob o risco de desenraizarem-se, em troca de um solo de riquezas e bem-aventuranças. Muitos, porém, viram seus sonhos ruírem ao tornarem-se colonos e vivenciarem nas lavouras de café um cotidiano marcado pela violência, pela opressão, pelo mandonismo e pela transgressividade dos donos do poder (DAVATZ, 1972; GARCIA, 1997), os fazendeiros e empreendedores paulistas.

No entanto, uma parte desses imigrantes, engalanada com patentes da Guarda Nacional (major, tenente-coronel, coronel etc.) e bem familiarizada à sociabilidade cordial, às trocas de favor e aos circuitos de negócios da economia cafeeira, integrara-se rapidamente à sociedade de elite no interior paulista. Com isso, alguns deles tornaram-se importantes chefes políticos, como o alemão Francisco Schmidt, em Ribeirão Preto, e o italiano

Gaetano Petraglia, em Franca (DOIN, 2001, p. 317-330; PAZIANI, 2004, p. 54-55 e 59-61).

Isto aponta para uma outra faceta da experiência capitalista no Brasil: a significativa mobilidade social, decorrente da constante mudança de posições dos estratos dominantes. A prática social e política torna-se sempre fluida e aberta à absorção dos conflitos das frações antagônicas, sempre optando pelo compromisso e pelo acordo – práticas estas adotadas com frequência a partir do Segundo Reinado (RODRIGUES, 1982, p. 68-69). Sempre arredia à disputa franca e em campo aberto,

[...] a nobreza, por maior que fosse a sua preponderância em certo tempo, jamais logrou constituir ali uma aristocracia fechada; a generalização dos mesmos nomes a pessoas das mais diversas condições – observa – não é um fato novo na sociedade portuguesa; explica-o assaz a troca constante de indivíduos, de uns que se ilustram, de outros que voltam à massa popular donde haviam saído! (HOLANDA, 1963, p. 8)

Povos “plásticos”, com uma infinita capacidade de amoldar-se a novas circunstâncias e formas de existência, pelo menos em fins do século XV, puderam, devido a essas qualidades, acelerar a história, em contraponto aos outros estados europeus, formando precocemente unidades políticas e econômicas de expressão moderna.

A constituição de estados nacionais de tipo moderno, com poder político centralizado, permitiu o preenchimento dos pré-requisitos de mobilização de recursos em escala nunca vista até então e de capacitação empreendedora, ainda não existente no âmbito privado, necessários à grande aventura da expansão ultramarina e da colonização de novas áreas, dando partida à primeira onda de globalização capitalista (NOVAIS, 1984, p. 47-63).

Em decorrência dessa abrupta mudança com repercussões radicais na estrutura política, social, econômica e cultural, o mundo ibérico como que estanca e é pertinente, portanto, a indagação de Sérgio Buarque de Holanda: “Mas não terá sido o próprio bom êxito dessa transformação súbita, e talvez prematura, uma das razões da obstinada persistência, entre eles, de hábitos de vida tradicionais, que explicam em parte sua originalidade?” (HOLANDA, 1963, p. 9).

Portugal, já nos tempos da *Ínclita Dinastia*, na época do Mestre de Avis, contemplava a ascensão das desvairadas gentes (FAORO, 1975), do povo dos misteres e dos mercadores citadinos (HOLANDA, 1963, p. 9-10), e estabelecia um Estado Nacional fortemente centralizado (NOVAIS, 1981)

devido à tibieza de sua formação feudal, o que permitia, sem grandes desforços, um conluio entre sua burguesia mercantil e o poder central.

Essa quase ausência de resistência, devido à elasticidade da aristocracia rural aliada à falta de apoio econômico em que se assentasse de modo exclusivo, leva a burguesia mercantil da gentil terra lusitana a não adotar um modo de agir e pensar absolutamente novo, ou instituir uma nova escala de valores, nos quais ancorasse seu poder (HOLANDA, 1963). Em terras americanas, o sistema de produção baseado na apropriação compulsória do excedente acentua essa atitude que sempre desafiou o estreito espaço entre o arcaico e o moderno.

Mansamente, essa burguesia cidadina alia-se à elite nobilitada, aninha-se na tradição, assumindo a boca torta do cachimbo, do baraço e do cutelo, a contrapelo dos princípios centrados na razão fria e calculista. A aristocracia, ou melhor, as formas aristocráticas do bem-viver não foram de todo abandonadas. As formas de vida herdadas da Idade Média perduravam e mantinham o seu antigo resplendor (HOLANDA, 1963).

Entretanto, o exibicionismo intrínseco de símbolos exteriores, como brasões nobiliários, anagramas e miríades de berloques e *bric-a-bragues* em profusão deságuam num processo de banalização de seus significados e numa tendência incontida para o nivelamento de classes e, no mínimo, para uma maior mobilidade entre elas. A tradição lusitana sempre desprezou a linhagem de sangue em favor da dignificação e valorização do indivíduo:

O mérito pessoal, quando fundado em tais virtudes, teve sempre importância ponderável [...] A “inteireza”, o “ser”, a “gravidade”, o “termo honrado”, o “proceder sisudo”, esses atributos que ornaram e engrandecem o nobre escudo, na expressão do poeta português Francisco Rodrigues Lobo, representam virtudes essencialmente inativas, pelas quais o indivíduo se reflete sobre si mesmo e renuncia a modificar a face do mundo. A ação sobre as coisas, sobre o universo material, implica submissão a um objeto exterior, aceitação de uma lei estranha ao indivíduo. Ela não é exigida por Deus, nada acrescenta à sua glória e não aumenta nossa própria dignidade. Pode dizer-se, ao contrário, que a prejudica e a avilta. O trabalho manual e mecânico visa a um fim exterior ao homem e pretende conseguir a perfeição de uma obra distinta dele. É, compreensível, assim, que jamais se tenha naturalizado entre gente hispânica a moderna religião do trabalho e o apreço à atividade utilitária. Uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante, a um bom português, ou a um espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia. O que ambos admiram, como ideal é uma vida de grande senhor, exclusiva de qualquer esforço, de qualquer preocupação.

E assim, enquanto povos protestantes preconizam e exaltam o esforço manual, as nações ibéricas colocam-se ainda largamente no ponto de vista da antiguidade clássica. O que entre elas predomina é a concepção antiga de que o ócio importa mais que o negócio e de que a atividade produtora é, em si, menos valiosa que a contemplação e o amor.

Também se compreende que a carência dessa moral do trabalho se ajustasse bem a uma reduzida capacidade de organização social. Efetivamente o esforço humilde, anônimo e desinteressado é agente poderoso da solidariedade dos interesses e, como tal, estimula a organização racional dos homens e sustenta a coesão entre eles. Onde prevaleça uma forma qualquer de moral do trabalho dificilmente faltará a ordem e a tranqüilidade entre os cidadãos, porque são necessárias, uma e outra, à harmonia dos interesses. O certo é que, entre espanhóis e portugueses, a moral do trabalho representou sempre fruto exótico. Não admira que fossem precárias, nessa gente, as idéias de solidariedade.

A bem dizer, essa solidariedade, entre eles, existe somente onde há vinculação de sentimentos mais do que relações de interesse – no recinto doméstico ou entre amigos. Círculos forçosamente restritos, particularistas e antes inimigos que favorecedores das associações estabelecidas sobre plano mais vasto, gremial ou nacional. À autarquia do indivíduo, à exaltação extrema da personalidade, paixão fundamental e que não tolera compromissos, só pode haver uma alternativa: a renúncia a essa mesma personalidade em vista de um bem maior. Por isso mesmo que rara e difícil, a obediência aparece. (HOLANDA, 1963, p. 4-13)

Essa exacerbação da proxemia forma uma rede de interesses que amalgama as ligações intersticiais entre o mundo do privado, do íntimo com o universo do público, do institucional, criando mecanismos que tornam quase natural a invasão dos interesses domésticos sobre as estruturas e os recursos públicos para satisfazer a interesses particulares.

É esse o caldo de cultura do qual se nutre o capitalismo bucaneiro. Com efeito, a formação da sociabilidade no Brasil passa pelo instituto do favor, da cordialidade, de uma elástica concepção da ética e da moral, de um formalismo centrado num cipoal normativo, fruto de uma cultura amanuense e bacharelesca, cevada numa paquidérmica desordem burocrática que mais paralisa do que promove a ação do Estado.

Entretanto, esse universo social traz uma face positiva inegável: a plasticidade a que me referi, a tendência à ousadia e à aventura que permite uma ação sinérgica em direção à construção de riquezas, ao aproveitamento de toda fímbria de oportunidades e técnicas para vencer quaisquer adversidades, seja do solo, seja das comunicações inóspitas, seja dos óbices

políticos, éticos ou morais. Levam de cambulhada e roldão os obstáculos, a mata cerrada, os perigos do gentio e das gentes estrangeiras que por cá aportam, semeiam cidades, caminhos, mercados, portos, fortificações, normas e impedimentos (logo burlados), vencem empreitadas, cercam fazendas, produzem açúcar, fumo, algodão, charque, garimpam ouro, prata e pedras, plantam café. Tudo à farta. Sem medida então conhecida.

Todo esse processo de transformações, algumas delas radicais, dá a ilusão, a um Pangloss distraído, da criação de uma vigorosa sociedade civil, curvada à imperiosa necessidade de implantação de um regime democrático forte, na qual as controvérsias e o contraditório estão agasalhados pelo império da lei, com o moderno irrompendo na derrubada do casario colonial para a republicana construção dos bulevares e dos grandes magazines.

Contudo, o maior patrimônio da elite dominante brasileira, tanto nas suas verdes experiências dos primeiros passos republicanos como em etapas mais maduras, sempre foi a camuflagem camaleônica, mesmo que pareça ser, nunca é o que se supõe, pelo menos em sua totalidade. Essa arma letal, o ocultamento, munícia um certo tipo de processo civilizatório, até mesmo nas aparentes conquistas da civilização. Exemplo: o saneamento básico, elementar medida de saúde pública, a vacina contra a febre amarela, conquista de qualquer povo que pretenda a ascensão à cidadania, tornam-se instrumentos do exercício e da reafirmação do poder discricionário e excludente como ilustrou a Revolta da Vacina. Embora não tenhamos seguido *pari passu* a elaboração teórica, essas considerações são inspiradas naquele que, a nosso ver, é o mais arguto leitor da escrita da evolução urbana de São Paulo e Rio de Janeiro: Nicolau Sevcenko (1985, 1992).

Por vezes, as práticas de ocultamento ou de embuste, sempre guardadas a sete chaves – os *Arcana Imperii* ou os mistérios do governo (ARENDETT, 1973, p. 14) – desde o início da história documentada do poder estatal no Brasil, levavam ao paroxismo as relações entre as esferas privada e pública, ao tornarem-se meios eficazes e legítimos para alcançar fins políticos.

Mas a alma flibusteira, insatisfeita, sequiosa, não perenizara-se nos tempos áureos de domínio quase exclusivo da elite cáfeeira paulista; muito pelo contrário, atravessando décadas e décadas, adaptava-se aos interesses condominiais dos novos grupos e líderes alçados ao poder na década de 1930.

Ainda que o primeiro governo de Getúlio Vargas, especialmente o Estado Novo (1937-1945), tenha sido marcado por mudanças institucionais

do aparato estatal e por um projeto de modernização econômica tardia que ajudaram a desenvolver o mercado interno e a indústria (CORSI, 2000, p. 16), a máquina pública continuou a defender o setor agrícola-exportador, mola-mestra da formação do capital industrial (MELLO, 1986, p. 143 e seguintes), e a abrir suas portas para o mandonismo local e para a privatização dos espaços públicos ou das funções típicas da esfera estatal de poder (DOIN, 2001, p. 137).

Além disso, Gerson Moura (1980) mostrou como as medidas econômicas e as relações políticas externas adotadas pelo governo varguista, entre 1935 e 1942, eram realizadas ao sabor das circunstâncias e das vantagens dos acordos junto aos governos alemão e norte-americano e como esses acordos irmanavam-se gostosamente aos interesses particulares do caudilho gaúcho e de seus asseclas (caso do ministro Osvaldo Aranha).

Por outro lado, a aparente vitalidade da crítica e da discussão, expressa nos debates dos parlamentos, das confeitarias, da imprensa política, era apenas ilusória, em vista das práticas eleitorais restritivas e fraudulentas, e, principalmente, pela massa absoluta de analfabetos a garantir uma reserva de oportunidades aos que sabiam ler.

Isto nos leva à tentação de assemelhar estes últimos aos letrados chineses e seu complexo sistema de exames públicos, baseados no conhecimento da escrita ideográfica e nos hinários de Confúcio, que lhes possibilitava o monopólio do comando da burocracia estatal, ou seja, do poder (WEBER, 1982; FREYRE, 1971). O passaporte para os cargos e sinecuras do poder era obtido lustrando-se os traseiros, por cinco anos, nos bancos acadêmicos de Recife e São Paulo:

[...] o prestígio do título de “bacharel” e de “doutor” veio crescendo nos meios urbanos e mesmo nos rústicos desde o começo do Império. Nos jornais, notícias e avisos sobre “Bacharéis formados”, “Doutores” e até “Senhores Estudantes”, principiaram desde os primeiros anos do século XIX a anunciar o novo Poder aristocrático que se levantava, envolvido nas suas sobrecasacas e nas suas becas de seda preta, que, nos bacharéis-ministros, ou nos doutores-desembargadores, tornavam-se becas “ricamente bordadas e importadas do Oriente”. Vestes quase de mandarins. Trajos quase de casta. (FREYRE, 1951, p. 960)

Daí a ação flibusteira da elite brasílica estar firmemente estribada nesse fosso intransponível, cavado pela ignorância dos iletrados. O Estado era o despojo favorito dos versados na mítica das letras e dele se serviam sem temor de limite algum, ciosos da ausência de vestígios mais vigorosos

da ação de uma sociedade civil, dada a falta de articulação desta e de sua rarefeita composição. Pelo contrário, o grau, a borla e o capelo, a veste talar, o terno e a gravata, o *pince-nez*, o monóculo eram venerados pelo genuflexo *Jeca*, como se pode perceber no trecho de uma saborosa crônica do escritor Lima Barreto:

– É um engano supor que o povo nosso só tenha superstições com sapatos virados, cantos de coruja; e que só haja na sua alma credices em feiticeiros, em cartomantes, em rezadores etc. Ele tem, além dessas superstições todas, uma outra de natureza singular, partilhada até, como as demais, por pessoas de certo avanço mental [...].

– Qual é?

– Não sabe?

– Não

– Pois é a do doutor.

– Como?

– O doutor para a nossa gente não é um profissional desta ou daquela especialidade. É um ser superior, semidivino, de construtura fora do comum, cujo saber não se limita a este ou aquele campo das cogitações intelectuais da humanidade, e cuja autoridade só é valiosa neste ou naquele mister. É onisciente, senão infalível. É só ver como a gente do mar do Lloyd, por exemplo, tem em grande conta a competência especial dos seus diretores – doutor. Todos eles são tão marítimos como um nosso qualquer ministro da Marinha *nouveaugens*, entretanto, os lobos-do-mar de todas as categorias não se animam a discutir a capacidade de seu chefe. É doutor e basta, mesmo que seja em filosofia e letras, coisas muito parecidas com comércio e navegação [...]. (BARRETO, 1995, p. 109-111)

Embora discordemos da concepção de Raimundo Faoro sobre o congelamento do estamento burocrático, pois acreditamos que nesses rincões nada pode ter a pretensão de estratificar-se, sua análise sobre a confraria de letrados bacharéis em Direito *prima* pela clareza e pela veemência:

Com o advento do Segundo Reinado, o abandono das origens foi mais profundo, a debandada do lar foi mais escandalosa, tudo para servir o Imperador, letrado ele próprio, preocupado em cercar-se de auxiliares bacharéis. Cria-se a neocracia (Joaquim Nabuco), com os meninos nos cargos importantes, atingindo à chefia do Gabinete menores de trinta anos, servindo um menino Imperador. Não houve salto entre a comunidade de domínio da Colônia e do Segundo Reinado; a tradição antifeudal foi mantida, com funcionários do mesmo estilo de vida, com

os iguais propósitos políticos centralizadores, agrupando-se na aristocracia togada. Tão forte o calor nobilitante dos talentos burocráticos que consegue absorver as próprias diferenças de cor, o preconceito de origem da senzala, fazendo ombrear nos postos brancos e mulatos, que adquiriram atestado de branquidade com a freqüência nas escolas jurídicas, de medicina e, mais tarde, da academia militar.

O estamento burocrático afirmou-se, portanto, recrutando seus membros nas escolas de jesuítas, nas escolas jurídicas e nas escolas militares. Ingressaram nos cargos públicos para prolongar e assegurar a integridade da 'tênia armada', no dizer despicativo de um escritor, herdada de Portugal, sem que, para perpetuar-se, carecessem de outra virtude "além da firmeza dos colchões e a aderência das ventosas". (FAORO, 1975, passim)

E quanto aos excluídos? Eles que se lixassem! Para o morro com a corja maltrapilha! O emprego público é que era a salvação da lavoura... Emprego amealhado nos círculos do puxa-saquismo, da subserviência, do favor, moeda de troca dos circuitos da cordialidade que colava o coronel no lugar de coronel, o amanuense no lugar de amanuense, o pária no lugar de pária:

Os trabalhos da cultura agrícola, da criação, da mineração, das indústrias, da navegação são muito pouco desenvolvidos. A maior parte da população brasileira moureja desequilibrada e consumida por um acentuado pauperismo.

Um terço, senão menos, trabalha mal para alimentar os outros dois terços. O recurso geral é a política, sob todos os aspectos grosseiros de que se costuma revestir, a verdadeira *politique alimentaire*, tão cruamente descrita pela escola social de Le Play e seus eminentes discípulos. Os partidos, as associações ou agrupamentos quaisquer nas freguesias, nos municípios, nas comarcas, nas províncias, hoje Estados, na União, todas as instituições, todos os cargos públicos, em número incalculável, não têm outro destino, não têm outra função: seu fim é fornecer meios de vida a uma clientela infinita. O Estado não tem por fim próprio a manutenção da ordem, a garantia da justiça, ou, se quiserem, a ajuda de certos empreendimentos elevados; seu papel preponderante, e quase exclusivo, é alimentar a maior parte da população à custa dos poucos que trabalham e isso por todos os meios, como sejam as malhas de um funcionalismo inumerável.

Quando não são os empregos diretos nas repartições públicas, muitos deles inúteis, são as comissões para os influentes, as pensões, as gratificações sob títulos vários, as obras públicas de toda a casta e milhares de outras propinas.

Nestas condições, não é de estranhar que a política preocupe muito os brasileiros, mas é a política que consiste em fazer eleições para ver quem vai acima e ficará em condições de fazer favores.

O grau de corrupção e abastardamento a que chegaram os costumes eleitorais não é suscetível de descrição por pena de homem.

O geral do povo detesta a vida do campo, e, mesmo no interior, acumulava-se nas povoações: cidades, vilas, aldeias, arraiais etc. É à cata do chefe para o arrimo, à cata do emprego público, do arranjo político sob qualquer forma.

A propensão que têm os moços para se graduarem, para receberem títulos acadêmicos é notória. É para seguirem a vida das cidades nas profissões liberais, no jornalismo, na literatura, nos empregos da administração.

Nas classes inferiores os que não conseguem arranjo nos empregos compatíveis com sua falta de cultura, ou nas obras públicas, têm um derivativo nas fileiras do exército que se recruta pelo voluntariado, ou nos corpos policiais e milícias urbanas que são numerosos na capital e nos Estados. É esse o retrato social dos brasileiros de hoje em traços rápidos. (ROMERO, 1979, p. 191-192)

As mãos enfiadas nos cofres das repartições, muitas vezes por aqueles que deviam ser os seus guardiões, se, por um lado, esvaziavam o produto dos empréstimos, por outro, empurravam a modernização para frente, dotados que eram de um *know-how* mais que secular em coisas dessa natureza. Júlio Ribeiro remonta ao medievo lusitano suas raízes, aos primórdios da monarquia absolutista. Desde João das Regras formase o gosto e a paisagem mental desses “legistas” que impulsionavam o progresso com sua ação mefistofélica de larápios, travestida de uma rebuscada linguagem, repleta de normas aparentemente impessoais (RIBEIRO, 1908, p. 148).

Em um trabalho a quatro mãos, Eul-Soo Pang e Ron L. Seckringer mostram também que desde o Império havia uma reserva para os letrados na máquina pública, formando o mandarinato do Brasil Imperial, que a Primeira República docemente conservou:

Decidido que o bacharel em Direito fosse entrar na política, seus primeiros contatos eram feitos através do sistema familiar; as ligações políticas e econômicas de seu pai eram especialmente importantes em determinar as oportunidades do jovem. Alguns futuros mandarins recebiam nomeações imperiais importantes logo após a formatura. Mas, via de regra, o bacharel destinado a uma carreira de mandarim, entrava na política por meio de um “internato” (*internship*) durante o qual ele

servia o Imperador em posições menos importantes, completando, no processo, seu treinamento para o *status* de mandarim. As posições comumente indicadas para os jovens bacharéis eram as de juiz municipal, juiz de Direito, promotor público, delegado de polícia e vários outros cargos menores em órgãos provinciais e centrais. Os cargos mais elevados incluíam os de chefe de polícia de províncias, presidente de províncias e desembargadores. Após o início da carreira política, o bacharel progredia de acordo com a combinação de personalidade, carisma, talento, laços de casamento, ligações familiares e sorte política.

A circulação geográfica dos futuros mandarins ocorria em três níveis: intraprovincial, regional e nacional. Um funcionário poderia circular quase que exclusivamente dentro de uma única província, algumas vezes sua terra natal. Um bacharel recentemente formado, sem muitas ligações familiares, seria provavelmente nomeado para uma comarca do interior como juiz. Mas após servir por um ano ou dois seus chefes políticos poderiam premiar sua lealdade, reconhecer sua experiência, promovendo-o para uma comarca mais prestigiosa. Na província da Bahia, por exemplo, a nomeação para alguns municípios do Recôncavo era considerada como uma promoção significativa. Para citar outro exemplo, o município de Goiana, em Pernambuco, embora localizado no interior, tinha prestígio idêntico ao da capital. Para obter a experiência necessária à administração central, entretanto um mandarim necessitava familiarizar-se com os problemas de mais de uma província.

Um nível mais elevado de circulação era o regional. Os nomeados imperiais frequentemente circulavam em regiões de condições sociais e econômicas semelhantes. Um juiz, servindo na Bahia, por exemplo, era com mais frequência transferido para uma província do norte e do nordeste do que para uma do sul ou do oeste. (PANG & SECKRINGER, 1972, p. 215-244)

Forma-se, portanto, uma elite bicéfala: a do empreendedor que não conhecia limites para sua ambição, capaz de agir desabusadamente, desconhecendo fronteiras morais e éticas, sub-reptício, mago dos disfarces e, quando necessário, truculento, sanguinário, implacável. A outra face dessa camada dominante é formada pelos membros dos anéis burocráticos superiores, detentores de um poder de decisão indiscutível (GOUVEIA, 1994, *passim*), o mandarinato de língua esotérica, estamento cômico de seus códigos rígidos de conduta, dos símbolos de seu prestígio, das suas rendas e prebendas inerentes ao seu cargo (WEBER, 1982, p. 218-19 e 223), além das sempre oportunas e bem-vindas negociatas e favorecimentos escusos que faziam parte de seu *métier*.

Em contrapartida, o excluído cumpre o seu papel nesse processo modernizador e civilizatório, fruto do aprofundamento das relações sociais capitalistas nascidas a fórceps. Confinado aos morros cariocas, recicla a sucata da opulência e reinventa o urbano no torvelinho de suas vielas e becos, nos barracões comunitários, no improvisado como norma de um novo saber-fazer, nas suas formas de expressão artística e, principalmente, na reprodução da espoliação, como os alugueis de barracos, a venda de proteção, o controle do jogo, a proliferação de bodegas e botequins e de pequenos armazéns que possibilitavam a circulação dos minguados mil-réis conquistados pelos biscateiros, braçais, barnabés, domésticas e prostitutas. Desenvolve-se e especializa-se – basta ler as crônicas de João do Rio, ou *O cortiço*, de Aluísio Azevedo – como que um comércio da miséria (RIO, 1997, passim; AZEVEDO, 1992, passim).

Para manter fidelidade à metáfora desenvolvida neste trabalho, o Estado seria a galera que permitiria o assalto (do mercado) e a conquista dos despojos tomados a qualquer custo. Seus comandantes e capitães seriam os empreendedores que, sem uma ascese calvinista, sem os escrúpulos de um decálogo de normas éticas “racionalis”, teriam uma agilidade sem limites para alcançar seu desiderato de enriquecimento e de conquista.

Avesso a qualquer tipo de enquadramento, esse tipo de formação capitalista refuga os princípios da ética herdeira da calvinista (WEBER, 1996, passim), que, de maneira difusa, se espria pelas regiões de maior aprofundamento das práticas de mercado como forma de justificação do lucro, da exploração e, principalmente, como garantia do crédito e das operações do mercado futuro (HABERMAS, 2000, p. 3-5).

Entretanto, a formação do capitalismo bucaneiro não se forjou sem percalços e sem contradições. Herdeiro de situações concretas do cotidiano colonial, em que o empreendedor local tinha de conviver com a voracidade do fisco e o controle metropolitano, desenvolveu desde cedo mimetismos de sobrevivência, como o ocultamento, o contrabando, o ilícito e, principalmente, mecanismos de defesa frente aos “sócios” mais poderosos, dando a ilusão da submissão e da parceria desigual.

Nesse enorme laboratório de experiências de formas capitalistas exóticas em que se transformou o Brasil, surgiram inovações precoces, como a percepção do investimento prioritário no negócio principal ou a privatização de todas as esferas, ou, ainda, o duplo discurso que fazia de escravistas, liberais; que transformava *saquaremas* em *luzias* e vice-versa, que disfarçava o centralismo em poder moderador (VIANNA, 1974, p. 280 e segs.; HOLANDA, 1977, p. 21).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo esse contexto extremamente volátil e turbilhonar da experiência capitalista brasileira articula-se em torno das possibilidades oferecidas pelo aparelho estatal, pela capacidade deste em mobilizar recursos financeiros em escala nacional, através de seu instrumental tributário⁵ e, por essa mesma razão, devido ao seu potencial de endividamento tanto interno como externo.

O Estado torna-se a principal fonte de capital líquido, tanto na criação das condições gerais de produção, que garantissem a infra-estrutura necessária à expansão das atividades econômicas, quanto através dos vasos comunicantes abertos pelas fraudes, sobrepreços, malversações, sonegação, propinas etc., entre o erário e os interesses privados, bem como a apropriação de vultosas somas que eram incorporadas ao patrimônio particular. Desenfreado, rebelde, indomável, o capitalismo bucaneiro desenvolve sua própria lógica de acordo com sua dinâmica.

Pilhagem da terra, pilhagem da mão-de-obra, fosse livre ou escrava, pilhagem do preço, pilhagem dos recursos públicos – com isso, cria-se um enorme laboratório de experiências e, portanto, de saberes, que vão do “jeitinho” ao arrombamento precoce das fronteiras entre o público e o privado. E, de permeio, dá-se a invenção do ocultamento como forma preferencial de ação, a exclusão social como método de acumulação, o capitalismo sem moeda ou com arremedos desta, a má consciência que penetra em toda a população ao longo da história desses diversos brasis.

UNDER THE CAPITALISM BUCCANEER MANTLE: EXPERIENCE ROOTS AND FACETS MODERN IN BRAZIL

ABSTRACT: In this article, we intend to demonstrate, in an articulation between economy, culture, everyday and sociability, that the capitalism formation trajectory in Brazil was marked by the adventure strong traces, on the spur of the moment and of taste by the immediate of our elites since colonial times, what condemned us to live an ambiguous experience, in which State's foundations and of the capitalist market, erected of unfinished and badly articulated form, they were built in the tenuous limit of civilization/barbarism, of publish/private, whose peculiarities and specificities mark the denominated *capitalism buccaneer* constitution.

KEY-WORDS: capitalism buccaneer, adventure, publish/private, economy, brazilian culture.

NOTAS

- 1 Aqui emprego o termo no sentido de o processo civilizatório significar uma normatização das ações entre os homens, desde a simples etiqueta de “bom

José Evaldo de M. Doin; Rodrigo R. Paziani. Sob o manto do capitalismo bucaneiro:...

comportamento” à mesa ou em público, até a hierática hierarquização do poder. A ação civilizadora seria sempre uma forma de disciplinar comportamentos.

- 2 Ver também Alencastro (2000).
- 3 Resignificamos o sentido jurídico da palavra “condomínio” – “o direito exercido por pessoas (condôminos) sobre suas unidades privativas e sobre as dependências de uso comum de edificação tanto horizontais como verticais” – para destacarmos as faces ambivalentes da construção e consolidação do Estado no Brasil.
- 4 Por proximia, Maffesoli entende uma rede de relações sociais forjadas não no seio de uma sociedade civil (contratual), mas nos compromissos interpessoais e clientelistas e nas cumplicidades afetivas (ou tribais) dos atores no fazer cotidiano.
- 5 Principalmente através dos impostos e taxas alfandegárias.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentimento da dialética: dialética e dualidade segundo Antônio Cândido e Roberto Schwarcz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- ARAÚJO, Emmanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- ARENDET, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1991.
- _____. *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 1973. (Coleção Debates - Política, v. 85).
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. 25. ed. São Paulo: Ática, 1992.
- BALANDIER, Georges. *O contorno: poder e modernidade*. Tradução de Suzana Martins. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BARRETO, A. H. de Lima. *Crônicas escolhidas*. São Paulo: Ática/Publifolha, 1995.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política*. Tradução de Marco Aurélio Garcia. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- CARDOSO, Fernando H.; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- CARVALHO, José M. de. *A construção da Ordem e Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

COLI, Jorge. O sonho da razão produz monstros. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A crise da razão*. São Paulo/Brasília/Rio de Janeiro: Companhia das Letras/MINC/Funart, 1996.

CORSI, Francisco L. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Ed. Unesp/Fapesp, 2000.

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1972.

DOIN, José Evaldo de M. *Capitalismo bucaneiro: dívida externa, materialidade e cultura na saga do café*. 2001. Tese (Livre-Docência – História) – Universidade Estadual Paulista, FHDSS, 2 v., Franca, 2001.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Tradução de Ruy Jungmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, v. 1.

_____. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Tradução de Ruy Jungmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, v. 2.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2. ed. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Edusp, 1975.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981a. (Biblioteca de Ciências Sociais).

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1981b. (Biblioteca de Ciências Sociais).

FIORI, José Luís. Introdução: de volta à questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, José Luís (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952, v. 1. (Coleção Documentos Brasileiros, v. 36).

_____. *Sobrados e mocambos*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951, v. 3.

_____. *Novo mundo nos trópicos*. São Paulo: Nacional/Edusp, 1971. (Brasiliana, v. 348).

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução de Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984 (Biblioteca Tempo Universitário, n. 76; Série Estudos Alemães).

_____. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. Tradução de Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HERMAN, Arthur. *A idéia de decadência na história ocidental*. Tradução de Cynthia Azevedo e Paulo Soares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

José Evaldo de M. Doin; Rodrigo R. Paziani. Sob o manto do capitalismo bucaneiro:...

HOBBSAWM, Eric. Da história social à história da sociedade. *Sobre história*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 4. ed. Brasília: Ed. UnB, 1963.

_____. A letra e o espírito do Regime. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de.; CAMPOS, Pedro M. (Orgs.). *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Difel, v. 5. 1977. Tomo II: Do Império à República.

GARCIA, Maria A. M. *Trabalhadores rurais em Ribeirão Preto: trabalho e resistência nas fazendas de café (1890-1920)*. Franca: FHDSS, Unesp/ Amazonas Produção de Calçados S/A, 1997.

GOUVEIA, Gilda P. *Burocracia e elites burocráticas no Brasil*. São Paulo: Paulicéia, 1994.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *A carteira do meu tio*. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2000.

MELLO João Manuel C. de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MELLO João Manuel C.; NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Coordenador geral da coleção Fernando Novais. Organizadora do volume Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Cia. das Letras, 1998 (História da Vida Privada no Brasil, v. 4).

_____. A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana: um prólogo em homenagem a Celso Furtado. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (Orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

MILLIBAND, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*. Tradução de Fanny Tabak. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. (Biblioteca de Ciência Sociais).

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

NOVAIS, Fernando. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. 14. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1984.

_____. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1981.

OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Tradução de Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. (Biblioteca Tempo Universitário, n. 79, Série Estudos Alemães).

PANG, Eul-Soo; SECKRINGER, RON L. *The Mandarins of Imperial Brazil: comparative studies in society and history*. Los Angeles, California: University of California Press, v. 14, n. 2, 1972.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio G. (Org.). *O fenômeno urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 26-67.

PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. *Construindo a "Petit Paris": Joaquim Macedo Bittencourt e a Belle Époque em Ribeirão Preto (1911-1920)*. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, FHDSS, Franca, 2004.

PERES, Marcos F. Brasil transatlântico. *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais!, 18 jun. 2000.

PIERONI, Geraldo. *Vadios e ciganos, heréticos e bruxas: os degredados no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil/Fundação Biblioteca Nacional, 2000.

RIBEIRO, Júlio. *Cartas sertanejas*. Lisboa: Livraria Clássica, 1908.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Organização de Raúl Antelo. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

ROMERO, Sílvio. *Realidades e ilusões no Brasil: parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios*. Seleção e coordenação de Hildon Rocha. Petrópolis/Aracaju: Vozes/Governo do Estado de Sergipe, 1979.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. O impasse da formação nacional. In: FIORI, José Luís (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Tradução de Lygia Araújo Watanabe. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

TELAROLLI, Rodolpho. *Os sucessos de Araraquara: estudo em torno de um caso de "coronelismo" em fins do século XIX*. 1975. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, FFLCH, 1975.

TENGARRINHA, José. Contestação rural e Revolução Liberal em Portugal. In: _____. et al. *História de Portugal*. Bauru/São Paulo/Portugal: Edusc/Edunesp/Instituto Camões, 2000.

José Evaldo de M. Doin; Rodrigo R. Paziani. Sob o manto do capitalismo bucaneiro:...

URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial*. São Paulo: Difel, 1978.

VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras: fundamentos sociais do Estado*. 3. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1974. 2 v.

VIEIRA, Pe. Antônio. *Sermões*. v. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI*. 2. ed. Tradução de Antonio Resines. México, España, Argentina, Colombia: Siglo Veintiuno, 1979.

WEBER, Max. *História geral da economia*. Tradução de Calógeras Pajuaba. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

_____. *Ciência e política: duas vocações*. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1972.